

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.701.104 - RN (2017/0251091-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **ROSANE COSTA GOMES**
ADVOGADOS : **ANDREIA ARAUJO MUNEMASSA - RN000491A**
: **MATTHAUS HENRIQUE DE GÓIS FERREIRA - RN010235**
: **AMANDA GOMES DOS SANTOS - RN013426**
RECORRIDO : **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Rosane Costa Gomes, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 267):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MAGISTÉRIO SUPERIOR. PROGRESSÃO E PROMOÇÃO NA CARREIRA. REQUISITOS. NÃO COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE DE REQUERIMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, a recorrente sustenta, inicialmente, violação dos arts. 5º, LV, e 93, IX, da CRFB/1988, ao argumento de ausência de fundamentação na prestação jurisdicional.

Quanto à questão de fundo, indica contrariedade aos arts. 5º da Lei n. 11.344/2006; 3º da Lei n. 7.596/1987; e 16 do Decreto n. 94.664/1987, ao argumento de que, "[...] para progredir para a classe de professor associado, o professor deve estar há pelo menos dois anos no último nível da classe de professor adjunto, dentre outros requisitos. Ocorre que a norma nada disse acerca dos docentes que estão há muito mais de dois anos no topo da carreira, levando à errônea interpretação de que o tempo de serviço poderá ser desconsiderado para efeitos de progressão funcional, o que seria completamente inconstitucional" (e-STJ, fl. 312).

Assevera existência de dissídio jurisprudencial a respeito dos requisitos necessários para a progressão para a classe de Professor Associado.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório.

De início, saliente-se que os arts. 5º, LV, e 93, IX, da CRFB/1988 possuem natureza normativa constitucional, portanto, não cabe a esta Corte Superior de Justiça o exame de sua possível violação sob pena de usurpação da competência do Pretório Excelso.

No mais, a insurgente, ao aduzir que o tempo de carreira não pode ser desconsiderado para efeitos de progressão funcional, deixou de impugnar o

Superior Tribunal de Justiça

fundamento do acórdão recorrido segundo o qual, "[...] muito embora a autora tenha, de fato, permanecido alguns anos na mesma classe de Professor Assistente, isso somente ocorreu porque ela não requereu, em tempo e modo oportunos, as promoções/progressões que entende fazer jus, não havendo que falar, pois, em direito adquirido ao cômputo dos interstícios passados para fins de concessão de efeitos financeiros retroativos, pois, como dantes salientado, o desenvolvimento na carreira do Magistério não ocorre de forma automática, dependendo de requerimento do interessado e das avaliações de desempenho acadêmico." (e-STJ, fls. 264/265).

Aplicação, por analogia, do teor da Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles").

Adiante, saliente-se que a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente configura deficiência na fundamentação recursal, o que impede o conhecimento do apelo nobre interposto com esteio no art. 105, III, "c", da Constituição Federal. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.624.206/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgInt no REsp 1.622.220/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgRg no AREsp 682.625/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2016; AgInt no AREsp 842.727/RN, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 6/10/2016.

Por fim, o alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara da divergência entre os casos confrontados, a fim de identificar os trechos que os assemelhem. Desse modo, não se oferece como bastante a simples transcrição de ementas ou votos.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator